

14/06/98 17
44

MEIO AMBIENTE: *Faltam recursos e pessoal qualificado para cuidar dos parques e áreas de preservação no Estado do Rio*

Apenas cinco homens vigiam a Floresta da Tijuca

Um guarda, que trabalha a pé, toma conta sozinho de 22.400 hectares de mata em três municípios do Norte Fluminense

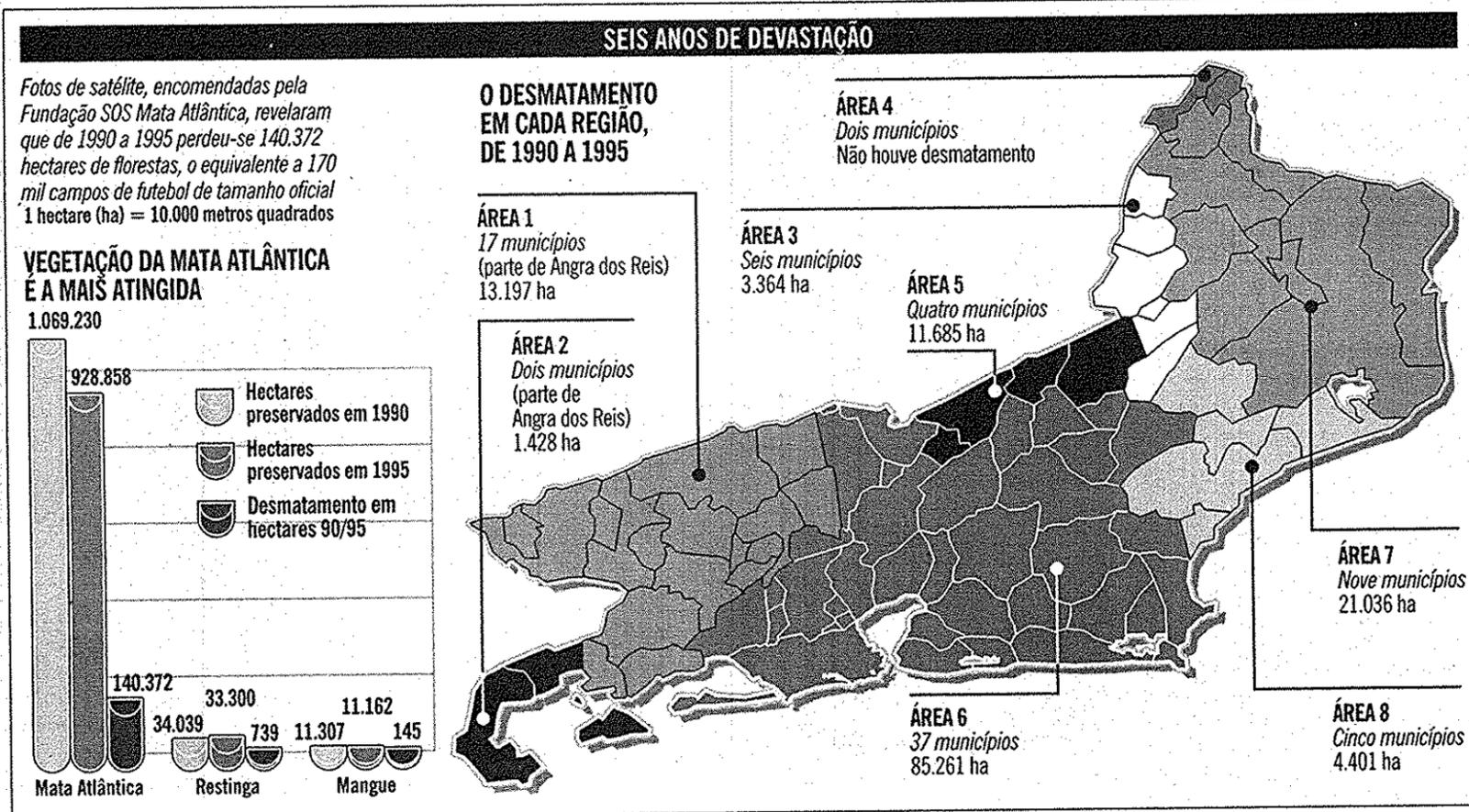
• Mesmo os parques e outras áreas verdes preservadas por decretos e leis se ressentem de atenção. Para fazer a segurança dos 3.360 hectares do Parque Nacional da Tijuca, por exemplo, há apenas cinco vigilantes por planta — três na Floresta da Tijuca e dois no Corcovado. Outros 24 homens são responsáveis pela limpeza de todo o parque, que conta com 36 funcionários administrativos. A deficiência de pessoal facilitou a invasão da área preservada: foram construídas cerca de 50 casas dentro da reserva. Em torno do parque, há ainda 46 favelas, que se constituem em ameaça constante.

No Parque Estadual da Serra da Tiririca (Niterói e Maricá), com 2.400 hectares, não existe nada além da Lei 1.901, de novembro de 1991, que criou a área. Até hoje, o parque não foi sequer delimitado, não tem sede, nem vigias. No Parque Estadual do Desengano (Santa Maria Madalena, Campos e São Fidélis), no Norte Fluminense, um único vigia que trabalha a pé tem de cuidar de uma área de 22.400 hectares. E no Parque Nacional de Itatiaia, há cinco fiscais para 12.410 hectares.

Ibama dá prioridade ao Parque Nacional da Tijuca

Apesar dos problemas, Sônia Peixoto, diretora do Parque Nacional da Tijuca, está otimista. Segundo ela, neste ano começaram a entrar recursos: até agora, R\$ 250 mil do Banco Mundial (Bird) e R\$ 100 mil do Ibama, para investimentos. Em custeio (pessoal e manutenção), foram gastos cerca de R\$ 300 mil.

— O Parque Nacional da Tijuca passou a ser prioridade para o



Ibama — diz Sônia Peixoto.

Desde 1993, a Prefeitura do Rio vem negociando com o Ibama, sem sucesso, a municipalização do parque. Recentemente, o que ficou acertado foi a formação de um comitê de gestão, com participação do município, do Ibama e da iniciativa privada, que vai elaborar um plano estratégico para o local.

— Cedemos nossos órgãos para atender a emergências, como foi o caso das chuvas de 1996, mas não podemos, por exemplo, manter a Comlurb limpando a Floresta da Tijuca, sem receber

recursos. A Comlurb é um órgão que tem de atender a toda a cidade — observou Maurício Lobo, secretário municipal de Meio Ambiente do Rio.

Segundo Sônia Peixoto, o plano estratégico começará a ser elaborado em um mês. Serão cinco meses para botar os projetos no papel, mas as obras dependerão de mais verbas.

— Uma das idéias é melhorar o acesso ao Corcovado. Poderemos instalar uma escada rolante ou um elevador; o que causar menos impacto ao meio ambiente — diz a diretora do parque.

A Mata Atlântica, o ordenamento pesqueiro e as 16 unidades de conservação federais — entre elas o Parque Nacional da Tijuca — são as três prioridades do Ibama no Estado do Rio.

Ex-diretor de Ecossistemas do órgão, Alison José Coutinho comanda a equipe de intervenção que está fazendo uma revisão de todas as licenças de desmatamento concedidas nos últimos cinco anos.

— Os agentes florestais do Ibama não têm que ficar na sede da Praça Quinze, mas no campo. O Estado do Rio em breve terá um

novo Ibama — diz Alison José.

O superintendente afirma que a reestruturação envolve reciclagem dos funcionários e valorização do corpo técnico. Os recursos, diz, estão garantidos:

— Identificadas as demandas e necessidades, os recursos não vão faltar — afirmou, acrescentando que o Ibama também pretende aumentar o número de unidades de conservação e buscar mecanismos de compensação para eliminar os desmatamentos causados pela expansão imobiliária, uma das grandes preocupações do Ibama. ■

Agricultura e pecuária criam um deserto

• Erosão, pastagem seca, solo pobre, poucas árvores e escassez de água. Os sintomas de desertificação foram constatados pela Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa em dez dos 13 municípios do Noroeste Fluminense; em consequência do desmatamento, com a derrubada de Mata Atlântica para o cultivo do café e da cana, para a produção de carvão e para a criação de gado. A degradação é mais visível em Cambuci, Santo Antônio de Pádua e Itaocara.

— Tememos que o que aconteceu nessa região se espalhe pelo estado se não houver fiscalização ambiental — observa o deputado Carlos Minc (PT), presidente da comissão.

O secretário de Agricultura de Cambuci, Carlos Jorge Almeida Velasco, observa que a cachoeira da cidade — uma de suas atrações — já teve um volume de água de três a cinco vezes maior do que o atual. Segundo Carlos Velasco, o problema da desertificação se agravou nos últimos sete anos, quando houve muito desmatamento clandestino para a produção de carvão.